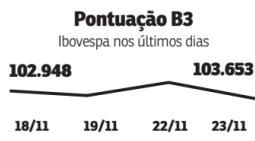
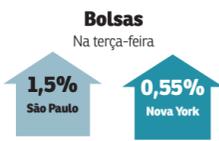




8 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 24 de novembro de 2021



Salário mínimo
R\$ 1.100

Dólar
Na terça-feira
R\$ 5,608
(+0,27%)

Dólar
Últimas cotações (em R\$)

16/novembro	5,498
17/novembro	5,524
18/novembro	5,570
19/novembro	5,609
22/novembro	5,594

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R\$ 6,310

Capital de giro
Na terça-feira
6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
8,59%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2021	0,53
Julho/2021	0,96
Agosto/2021	0,87
Setembro/2021	1,16
Outubro/2021	1,25

GOVERNO

Guedes minimiza offshore

Na Câmara, ministro da Economia diz não haver conflito de interesse e explica estratégia para fugir do Fisco

» ROSANA HESSEL

Gustavo Bezerra/Fotos Publicas



Guedes depõe em comissão da Câmara: deputados de oposição tentarão nova convocação do ministro, desta vez no plenário

Depois de vários adiamentos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos sobre investimentos em paraísos fiscais. Em audiência conjunta das comissões do Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) — para a qual ele foi convocado e não tinha como escapar do constrangimento —, o ministro negou conflito de interesses. Admitiu que abriu offshore para preservar o patrimônio, porque os impostos cobrados nos Estados Unidos seriam muito altos. Na avaliação do ministro, o mecanismo offshore é um “investimento absolutamente legal”.

“Por razões sucessórias, se comprar ações de empresas, se tiver uma conta em nome da pessoa física, se você falecer, 46%, 47% é expropriado pelo governo americano. Tendo uma conta em pessoa física, todo seu trabalho de vida, em vez de deixar para herdeiros, vira imposto sobre herança”, disse Guedes aos parlamentares, minimizando os conflitos de interesse dos investimentos no exterior. Segundo ele, “a resposta é não. Mil vezes não.”

De acordo com dados revelados pelo projeto Pandora Papers, do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, o ministro tem uma empresa nas Ilhas Virgens Britânicas, paraíso fiscal apontado pela Receita Federal. “Mesmo que seja estranho, qualquer coisa lá vira imposto sobre herança. O melhor é usar offshore, uma conta que esteja fora do continente. Isso explica botar um parente, um filho, uma filha, um cônjuge, como sócio”, destacou o ministro durante a audiência.

Guedes disse que as oscilações do câmbio não estão relacionadas à política econômica conduzida por ele, “mas aos fatos políticos e à pandemia”. Apesar de ter sido questionado várias vezes sobre quanto lucrava com a desvalorização cambial com os investimentos no exterior, o ministro disse que não acompanha os rendimentos das aplicações fora do país e não iria comentar por questões de “sigilo” e de “segurança”. E, nesse sentido, ele afirmou que enviou os documentos para as “instâncias pertinentes”, como Banco Central, Receita Federal e Comissão de Ética.

As respostas do ministro não satisfizeram os parlamentares da oposição. Eles reclamaram da naturalidade do chefe da equipe

econômica ao justificar a escolha por paraísos fiscais para não pagar imposto fora do país.

Os líderes oposicionistas devem se reunir, hoje, para definir a estratégia a fim de marcar uma nova audiência com Guedes no plenário da Câmara, como previsto inicialmente. O comparecimento, aliás, era para ocorrer no plenário da Casa, mas houve um arranjo para que a presença de Guedes no Legislativo ficasse restrita às comissões. De acordo com uma fonte próxima a esses líderes, a convocação do ministro da Economia de ontem foi “meia boca”, porque tinha hora para acabar. “Não é assim que tem que ser. Quando um ministro é convocado, ele tem que ficar à disposição para

questionamentos até eles acabarem”, afirmou.

Pandora Papers

Conforme as reportagens do consórcio de imprensa sobre os documentos do projeto Pandora Papers, Paulo Guedes e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, constam como proprietários de offshore em paraísos fiscais. Na avaliação dos parlamentares que fizeram os requerimentos para a audiência, a situação configura, no mínimo, conflito de interesses do chefe da equipe econômica.

As reportagens indicaram que Guedes fundou a Dreadnoughts International, nas Ilhas

Virgens Britânicas, quando era sócio da Bozano Investimentos. Em 2015, o patrimônio era de US\$ 9,5 milhões.

Considerando o fechamento do dólar de ontem, a R\$ 5,60, a divisa norte-americana valorizou 44,19% desde o início de janeiro de 2019, pelos cálculos de Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. Logo, para cada US\$ 1 milhão investido no exterior, o ministro Paulo Guedes pode ter lucrado R\$ 441,90 mil no mesmo período. Parlamentares questionaram, por exemplo, o rendimento diário de quase R\$ 400 mil em um único fundo, mas o ministro não respondeu às perguntas e, muito menos, negou que isso tenha ocorrido.

“Economia não tem última palavra”

Durante a audiência pública na Câmara dos Deputados, ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, negou ser um “fura-teto”, mas admitiu que a pasta não consegue ter a última palavra nos debates no Congresso Nacional. O chefe da equipe econômica reclamou das críticas que, segundo ele, são decorrentes dos “barulhos” da democracia. “Quando eu cedo ao Senado ou à Câmara, eu estou sendo descredenciado entre economistas. Eu estou respeitando a democracia. A economia não tem a última palavra”, disse o ministro, reconhecendo que os integrantes da equipe econômica acabaram saindo do governo por não concordarem com essas negociações que iam na contramão das regras fiscais.

O ministro contou que “não teve nenhum dia de paz” desde que assumiu o cargo. Ele reclamou das críticas sobre a sua condução da política econômica, porque tem sinalizado o abandono do compromisso de preservar as regras fiscais enquanto o debate de aumento de despesas do Orçamento de 2022 segue incerto. “Não adianta jogar só pedra. Tem coisas erradas, mas tem coisas certas também”, disse. “A saúde do povo está em cima da bandeira de austeridade. Eu perdi gente que achava que era para ser respeitado estritamente o teto de gastos. Mas eu digo que é melhor fazer uma aterrissagem no fiscal mais lenta para atender o social”, acrescentou o economista, crítico de domésticas que conseguem viajar para a Disney e dos filhos dos porteiros que fazem faculdade.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenta melhorar a popularidade com a promessa de um novo Bolsa Família de R\$ 400, o Auxílio Brasil, mas o programa não cabe no Orçamento de 2022 e depende, segundo Guedes, da aprovação da PEC dos Precatórios — que prevê o calote em dívidas judiciais e altera a metodologia de cálculo do indexador do limite da regra do teto.

O ministro Paulo Guedes reforçou que um programa social mais robusto só será viabilizado se a PEC dos Precatórios for aprovada. (RH)

Críticas e defesas

Paulo Guedes defendeu a tributação de offshores durante a tramitação da proposta de reforma do Imposto de Renda na Câmara dos Deputados. Ele ainda disse que “perdeu muitos amigos” ao propor a tributação de dividendos. Contudo, o coro entre os parlamentares da oposição foi de que o ministro cometeu crime ao manter investimento no exterior comandado pela filha e pela esposa.

Durante a audiência, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara, criticou a alegação do ministro de manter offshore é legal. “Pode ser legal, mas, na maioria das vezes, não é. O paraíso fiscal é o paraíso do secreto”, afirmou. Para ela, esse tipo de investimento é “imoral ou ilegal” para um ministro da Economia.

Segundo ela, se, de fato, fosse a decisão política e de governo tributar paraíso fiscal, “a proposta teria passado”. “Passa tudo nesse governo”, atacou, citando a PEC dos Precatórios, recentemente aprovada pela Câmara e que agora está tramitando no Senado.

Já os deputados governistas elogiaram o ministro, que chegou a ser chamado por eles de “Ronaldinho dos negócios”. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) afirmou que Guedes estava “perdendo tempo” na audiência, porque estava explicando o óbvio.

Mercado olha Congresso

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou o dia de ontem com alta de 1,50%, a 103.653 pontos, mas não foi embalada pelas declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de acordo com analistas.

O economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho, disse que a sinalização do senador Fernando Bezerra (MDB-PE) de que está caminhando para um acordo com os parlamentares para a construção de um texto consensual para aprovar a PEC dos Precatórios, da qual ele é relator, contribuiu para o resultado positivo de ontem na Bolsa.

Alta do Índice Ibovespa (Ibovespa, principal indicador da B3, também foi influenciada pela

valorização do petróleo, que mobilizou uma ação inédita dos Estados Unidos, da China e de outros países para conter a inflação da commodity.

Na avaliação do analista, o mercado não tem dado muita atenção para as falas de Guedes e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, devido aos erros que ambos têm cometido na condução das políticas econômica e monetária. “O Congresso é que está dando os rumos da política econômica”, destacou Velho.

Segundo ele, ao contrário dos especialistas em contas públicas que alertam para os riscos do endividamento de longo prazo, os agentes financeiros

preferem a aprovação da PEC dos Precatórios que, embora seja ruim, evita uma condição pior no curto prazo para as contas públicas do que decreto de calamidade para o aumento de despesas. “A sinalização de Bezerra de que o governo conseguirá um acordo para a PEC ajudou a melhorar o resultado da Bolsa”, explicou Velho.

“A falta de definição na PEC dos Precatórios segue incomodando. Mas a fala do ministro Paulo Guedes não teve muita repercussão no desempenho dos mercados”, destacou Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. O dólar comercial fechou a R\$ 5,60 para a venda, com alta de 0,27% sobre a véspera. (RH)

B3 retira touro dourado

Por decisão da prefeitura, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) retirou, na noite de ontem, a escultura de um touro dourado instalada em frente ao pregão. A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) concluiu que a estátua não tem licença para ficar no local e representa uma peça publicitária. A Bolsa ainda receberá uma multa. O touro de ouro foi inaugurado no último dia 16 de novembro. A instalação provocou críticas de movimentos sociais, que a consideraram inadequada para o momento econômico. O touro amanheceu diversos dias pichado com mensagens ligadas à situação de crise, como a palavra “fome”.

B3/Divulgação

